

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura**

**Período de Análise: 01 a 31 de Agosto de 2008**

**Área Temática: Relações Internacionais**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto é Dinheiro

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

## Índice

<b>MST desocupa sede do Incra em Porto Alegre</b> – Estado de São Paulo – Nacional - 03/08/2008.....	3
<b>Mato Grosso do Sul</b> – Denis Lerrer rosenfield – O Estado de São Paulo – Notas e Informações – 04/08/2008.....	3
<b>A 'blindagem' do Pronera</b> – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 04/08/2008....	4
<b>Cessão de área a indígenas pode gerar conflito no MS</b> – Valor Econômico- Brasil - 04/08/2008.....	5
<b>Justiça volta a enquadrar o MST</b> – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 05/08/2008.....	6
<b>MST ocupa fazenda no RS durante oito horas</b> – Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 10/09/2008 .....	7
<b>'Lula sempre pede informação sobre feijão e leite'</b> – O Globo – Economia – 10/08/2008 .....	8
<b>Raposa Serra do Sol é debatida na Câmara</b> – Sítio Eletrônico do MST – 11/08/2008.....	9
<b>Criminalização dos movimentos sociais é debatida em Brasília</b> – Sítio Eletrônico do MST – 11/08/2008.....	9
<b>Agricultura está engessada, diz ministro</b> – Valor Econômico – Agronegócios - 12/08/2008.....	10
<b>Sem-terra ocupam 2 sedes do Incra em MS</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 14/08/2008.....	11
<b>Cerco à agricultura</b> – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 15/08/2008.....	11
<b>Fiscais do Trabalho resgatam 89 em condições precárias no ES</b> – Thiago Reis - Folha de São Paulo – Brasil – 15/08/2008 .....	12

## Segunda Quinzena

<b>Com fracasso de Doha, mais barreiras</b> – O Globo – economia – 17/08/2008 .....	13
<b>Doha x Brasil</b> – Antonio Delfim Netto – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/08/2008 ....	14
<b>A agenda para o Mercosul</b> – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 20/08/2008.	15
<b>É hora de debater a agenda pós-Doha</b> – Armando Monteiro Neto – Estado de São Paulo - Economia e Negócios – 20/08/2008.....	16
<b>Reinterpretando o valor do fracasso de Doha</b> – André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 22/08/2008 .....	17
<b>OMC e EUA voltam a negociar Doha</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/08/2008.....	19
<b>EUA pedem a volta de Doha</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/08/2008 .....	20
<b>Argentina admira Brasil, mas não o Mercosul</b> – Fernando Rodrigues – Folha de São Paulo – Mundo – 24/08/2008 .....	20
<b>Brasil e Austrália querem volta de negociação de Doha</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/08/2008.....	22

## **MST desocupa sede do Incra em Porto Alegre – Estado de São Paulo – Nacional - 03/08/2008**

O Movimento dos Sem-Terra desocupou o prédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Porto Alegre, na sexta-feira. A decisão foi tomada em assembléia pelas 600 pessoas que estavam no prédio de oito andares desde 24 de julho para exigir o cumprimento de acordo que previa o assentamento de mil famílias até abril deste ano e teve seu prazo prorrogado para setembro. O MST justificou a retirada como necessária para evitar um despejo violento por parte da polícia, que já havia apresentado três notificações de reintegração de posse à União.

## **Mato Grosso do Sul – Denis Lerrer rosenfield – O Estado de São Paulo – Notas e Informações – 04/08/2008**

Parece não haver mais limites para a ação da Funai de demarcação de terras indígenas, como se o País fosse um imenso território virgem suscetível de qualquer reconfiguração territorial. Um Estado federativo passaria a reger-se por portarias e atos administrativos do Poder Executivo que criariam “nações” que, doravante, conviveriam com “outros Estados”. Não estaria longe o dia em que essas “nações” passariam a tratar a “nação brasileira” em pé de igualdade, solicitando, inclusive, reconhecimento internacional e autonomia política.

Em 14 de julho deste ano, a Funai editou seis portarias visando à demarcação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul. As portarias abrangem 26 municípios e dizem respeito a uma área potencial total de 12 milhões de hectares, correspondendo aproximadamente a um terço do território estadual. Em sua redação, as portarias não visam especificamente a uma propriedade ou área determinada, mas têm abrangência tal que qualquer propriedade poderia vir a ser atingida. Há uma ameaça real que paira sobre toda essa região, criando uma insegurança jurídica prejudicial aos produtores, aos trabalhadores, aos investimentos e à própria autonomia do Estado de Mato Grosso do Sul.

Observe-se que se trata de uma área extremamente fértil, povoada, rica em recursos, com produtores lá instalados há décadas, com títulos de propriedade e uma situação perfeitamente estabelecida. De repente, o que se considerava uma situação estável, segura, se vê subitamente em perigo graças a atos administrativos da Funai, que passa a considerar esse Estado como um molde aguardando uma nova forma, imposta de fora. Ressalte-se que uma portaria, que é um ato do Poder Executivo, passa a legislar sobre o direito de propriedade e o pacto federativo, sem que o Poder Legislativo interfira minimamente nesse processo. Um funcionário de terceiro escalão passa a valer mais do que um deputado, um senador e, mesmo, um governador de Estado. Há, evidentemente, uma anomalia em questão.

Imagine-se um Estado que pode ser repentinamente amputado de um terço de seu território, o qual passaria à legislação federal indígena graças a portarias e estudos ditos antropológicos. O poder concentrado nessas poucas mãos é francamente exorbitante. Não se trata de uma questão pontual, relativa, por exemplo, a uma aldeia indígena em particular, mas de uma questão que envolve um conjunto macro, que atinge fortemente o direito de propriedade, base de uma sociedade livre, e a configuração territorial de um ente federativo. Da forma como as portarias foram publicadas, elas podem acarretar uma demarcação que produziria, entre outras conseqüências, desemprego para os trabalhadores dessa região, a anulação de títulos de propriedade, a perda de arrecadação tributária, a retração de investimentos, a desvalorização das terras legitimamente adquiridas e uma completa desorganização territorial.

Pense-se num novo investimento que estaria por vir para esse Estado e, por analogia, para qualquer outro ente federativo. Poderiam os investidores aplicar os seus recursos em propriedades que estão sob litígio judicial? É a mesma situação de um cidadão que estaria pronto para comprar um apartamento. Colocaria os seus recursos num imóvel que fosse objeto de disputa judicial? Certamente preferiria comprar um outro imóvel que lhe desse segurança jurídica. Se, porventura, ainda decidisse fazer o negócio, exigira um preço menor pelo risco corrido, com perda para o vendedor, que veria o valor do seu bem esvaír-se de suas mãos. O paradoxal é que a Funai diz fazer “justiça” e o “faz” com os recursos alheios! Não se repara uma “injustiça” criando outra!

Engana-se quem pensa que se trata de uma questão que afeta somente os produtores rurais. Trata-se de uma questão muito mais ampla, que concerne a todos os cidadãos sul-mato-grossenses e, através destes, os cidadãos brasileiros em geral. Na recente demarcação da Raposa Serra do Sol, em Roraima, o problema estava localizado numa distante região do País, como se outras regiões e outros Estados não estivessem implicados. Ora, estamos vendo que o longínquo se torna próximo e o particular se torna de interesse geral.

A Constituição brasileira, nos artigos relativos às terras indígenas, estabelece claramente que se trata de terras que os índios “tradicionalmente ocupam”, sendo o verbo conjugado no presente. Ele não está conjugado no passado, como se o que estivesse em questão fossem terras que fariam ancestralmente parte de tribos que teriam vivido em tal território. No entanto, há hoje uma tendência antropológica e política de fazer outra leitura, claramente inconstitucional, como se uma portaria e um estudo antropológico valessem mais do que a Constituição. Assim, passam à identificação de um processo de demarcação conjugado no passado, para o qual qualquer “prova” passa a valer, apagando toda a História brasileira. Hipoteticamente, consideremos, porém, que esse argumento antropológico-político tivesse validade e se aplicasse a qualquer porção do território nacional. Quais foram as primeiras cidades a que chegaram os portugueses? Salvador e Rio de Janeiro. É de todos conhecido, por relatos históricos e quadros, que se tratava de regiões tradicionalmente ocupadas por indígenas. Se fôssemos seguir esse argumento à risca, chegaríamos à conclusão de que estamos diante de terras indígenas, que deveriam ser demarcadas. Até poderíamos dizer que as provas seriam mais contundentes do que aquelas relativas à região sul do Estado de Mato Grosso do Sul. O que pensa a Funai fazer? Expropriar essas cidades? O que faria com as suas populações, seus empregos, suas propriedades, suas escolas, seus hospitais, seus postos de saúde, suas ruas e seus parques? Criaria ela uma “nova nação” nesses territórios “liberados”? \***Denis Lerrer Rosenfield é professor de Filosofia na UFRGS. E-mail: denisrosenfield@terra.com.br**

**A 'blindagem' do Pronera – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 04/08/2008**

Depois de conseguir recursos públicos para custear sua estrutura de ensino por meio de um programa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Movimento dos Sem-Terra (MST) agora se mobiliza para tentar tornar esse repasse permanente e definitivo. As verbas que recebe para financiar cursos universitários destinados a formar seus quadros são provenientes do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), criado em 1998 por portaria do então ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, no governo Fernando Henrique Cardoso.

A medida tinha por finalidade “ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados”, especialmente nas áreas de alfabetização, ensino fundamental e ensino profissionalizante. A partir do primeiro mandato do presidente Lula, o Pronera mudou de orientação, passando a privilegiar o ensino universitário. E metade de seu orçamento, que passou de R\$ 9 milhões, em 2003, para R\$ 54 milhões, em 2008, hoje é usada para dar formação superior aos militantes do MST, por meio de cursos especiais, cujos integrantes não são submetidos ao crivo do

vestibular das universidades públicas, sendo indicados pelas comunidades rurais com ligação com a reforma agrária.

O problema é que, da mesma forma como se converteu em prioridade do atual governo, o Pronera pode ser relegado para segundo plano. E, como foi criado por portaria ministerial, ele pode ser extinto por meio de outra portaria, no próximo governo. É esse o receio do MST. A entidade tem medo de perder a fonte de recursos no caso de vitória de um candidato da oposição, na sucessão de Lula, em 2010. “Um programa desse porte necessita de maior estabilidade jurídica. Um governo que não quer dar muita importância à questão da educação em áreas da reforma agrária pode não revogar o programa, mas matá-lo de inanição, cortando suas verbas”, diz a coordenadora do Pronera, Clarice dos Santos.

É por isso que o MST quer “institucionalizar” o programa, transformando-o numa “política de Estado”, por meio de lei ordinária aprovada pelo Congresso. Deste modo, o Pronera teria fonte orçamentária própria e só poderia ser extinto por outra decisão do Legislativo. Enquanto isso, o próximo governo, independentemente de quem venha a ser eleito em 2010, teria de continuar repassando dinheiro público para a entidade. Para a coordenadora do Pronera e para o coordenador nacional do MST, José Batista de Oliveira, a “blindagem jurídica” do programa seria uma forma de democratização do ensino superior público, por dispensar do vestibular os estudantes egressos de comunidades de assentados.

O MST está correndo contra o tempo. Inicialmente, a idéia era preparar um projeto de lei e encontrar alguns deputados ou senadores que o apresentassem ao Congresso como sendo de sua autoria. Mas a tramitação seria demorada e dificilmente o projeto teria condições de ser votado, aprovado e sancionado ainda no atual governo.

A estratégia do MST é tentar persuadir alguns ministros de Lula a assumir oficialmente a iniciativa de propor a institucionalização do Pronera, uma vez que projetos de lei encaminhados pelo Executivo ao Legislativo podem ter tramitação muito mais rápida do que os projetos de autoria de deputados e senadores. “Com isso, poderíamos garantir a permanência desse programa, que tem propiciado aos filhos de trabalhadores rurais oportunidades de ensino em todos os níveis, de técnico agrícola a agrônomo”, diz o deputado Adão Pretto (PT-RS), vinculado ao MST.

O problema da “institucionalização” do Pronera é que ele abre caminho para a justaposição de competências e de gastos da União com ensino superior. A responsabilidade pelo setor é do Ministério da Educação, que já destina a maior parte de seu orçamento para as universidades federais. Se o Pronera for “institucionalizado”, seriam mais recursos para a educação superior pública, só que sob responsabilidade do Incra, um órgão do segundo escalão que nada tem a ver com a área de ensino.

E o MST, uma entidade sem personalidade jurídica - e, portanto, irresponsável -, passaria a dispor de uma estrutura de ensino superior, custeada pelo contribuinte.

### **Cessão de área a indígenas pode gerar conflito no MS – Valor Econômico- Brasil - 04/08/2008**

Os trabalhos de demarcação de áreas indígenas no Sul do Mato Grosso do Sul podem gerar conflitos na região, na avaliação do representante da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Campo Grande (MS), Claudionor do Carmo Miranda, e do presidente licenciado do Sindicato dos Produtores Rurais de Dourados, Gino José Ferreira. No próximo dia 10, seis grupos de trabalho

começam a levantar dados, em 26 municípios sul-mato-grossenses, sobre territórios tradicionalmente ocupados pela etnia guarani-kaiowá e que, mais tarde, devem ser transformados em reserva.

Para Ferreira, se o trabalho de demarcação for iniciado, existe a possibilidade de os proprietários de terra partirem para o confronto. "Se o Poder Público e o Judiciário continuarem omissos ao cumprimento da lei, há um sério risco de estourar um conflito", disse Ferreira, ressaltando que os proprietários de terras da região têm títulos sobre as áreas registrados em cartórios e com validade jurídica.

Ferreira disse não ser contrário à cessão de terras aos indígenas que, segundo ele, vivem em situação "caótica" na região. Mas afirmou que, se isso tem de ser feito, o governo deve comprar as áreas e depois cedê-las, como é feito na reforma agrária. De acordo com a legislação vigente, entretanto, em casos de demarcação de reservas indígenas esse tipo de transação não pode ser feita.

Para Miranda, que ocupa o cargo de administrador-executivo da Funai de Campo Grande, a situação criada pelos estudos para a demarcação das reservas é tensa. "Corre-se o risco de chegarmos a esse ponto", disse ele, ao comparar a situação em Mato Grosso do Sul com a de Roraima, onde discute-se a manutenção da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e a retirada de não-índios da região. "Isso não seria bom para nós [Funai], para o Estado, nem para a população."

Miranda destacou, contudo, que os trabalhos de identificação dos territórios precisam ser feitos, devido à situação precária dos indígenas habitantes da região. "Não se pode deixar a população indígena morrer e não se fazer nada."

#### **Justiça volta a enquadrar o MST – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 05/08/2008**

Graças a duas decisões judiciais, a estratégia do Movimento dos Sem-Terra (MST), de se negar a ter existência jurídica para evitar controles de órgãos oficiais e a responsabilização civil e penal por suas invasões e depredações, pode estar com os dias contados. A primeira decisão foi tomada há duas semanas pelo juiz federal Carlos Henrique Haddad, de Marabá (PA). A segunda acaba de ser anunciada pela juíza estadual Marcela Papa, da 1ª Vara de Martinópolis (SP).

Os dois magistrados condenaram o MST e entidades a ele vinculadas ao pagamento de multas por descumprimento de determinações judiciais. O juiz Carlos Haddad condenou três integrantes da entidade a pagarem R\$ 5,2 milhões por terem liderado uma manifestação que bloqueou parte da Estrada de Ferro Carajás, pertencente à Vale, em abril deste ano. No incidente, houve corte de cabos de fibra ótica e de energia e levantamento de trilhos. Haddad também proibiu os réus de voltarem a praticar qualquer ato que ameace a ferrovia, sob pena de multa diária individual de R\$ 3 mil, e decidiu que, na fase de liquidação da sentença, serão definidos valores para pagamento das perdas e danos sofridos pela empresa.

Por sua vez, a juíza Marcela Papa condenou o MST e o Mast ao pagamento de multa de R\$ 150 mil por descumprimento de determinação judicial de reintegração de posse numa fazenda localizada no Pontal do Paranapanema. A propriedade foi ocupada pela terceira vez no período de um ano e os invasores, desacatando a Justiça, negaram-se a cumprir a ordem de desocupação. Além da multa, a novidade está no fato de que a titular da 1ª Vara do Fórum de Martinópolis expediu ofício ao Banco Central impondo o bloqueio online dos valores encontrados nas contas da entidade e dos órgãos a ela vinculados.

Apesar de não ter personalidade jurídica, o MST conseguiu abrir uma conta no Banco do Brasil, cujo número se encontra em seu site, para receber o dinheiro da venda de bandeiras, camisetas, bonés, lenços, chaveiros, buttons, livros, cartões-postais e outros materiais de propaganda. Os valores arrestados serão utilizados para cobrir o valor da multa. "Há de se frisar o reconhecimento de um dever de pagamento (por parte dos integrantes do MST), já que

descumpriram ordem judicial, pelo período de cinco dias, e se mostraram despreocupados com as ordens judiciais”, disse a magistrada em sua sentença.

Os líderes do MST alegaram que a sentença foi política, e não jurídica, afirmaram que a conta bancária está negativa e prometeram impetrar recurso na segunda instância. Independentemente do desfecho desse processo, o fato é que a Justiça finalmente abriu um precedente para enquadrar os sem-terra nas regras e procedimentos do Estado de Direito. Como é sabido, para contornar a falta de existência legal, abrir contas bancárias, receber dinheiro público por meio de convênios firmados com órgãos governamentais e ficar imune ao controle dos Tribunais de Contas, o MST há muito tempo vem recorrendo a entidades de fachada, legalizadas e sem fins lucrativos.

São entidades “laranjas”, beneficiadas por duvidosos contratos de prestação de serviço, como alfabetização de assentados, e que sistematicamente desviam os recursos oficiais recebidos para financiar as atividades notoriamente ilícitas que o MST pratica e pelas quais não podia ser acionado judicialmente, por não ter existência jurídico-formal. Essa esperteza sempre garantiu a impunidade do movimento, ao mesmo tempo que lhe permitiu se expandir à custa de dinheiro dos contribuintes. A estratégia foi por diversas vezes denunciada pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas da União, mas a magistratura, por excesso de rigor lógico-formal ou por receio do patrulhamento ideológico, jamais a acolheu.

Com as recentes decisões da Justiça federal, em Marabá, e da Justiça estadual, em Martinópolis, o MST começa finalmente a ser enquadrado pela Justiça. Quando outros juízes também passarem a aplicar multas por descumprimento de ordem judicial, bloqueando contas da entidade e de seus órgãos “laranjas”, atingindo com isso seu coração financeiro, o MST deixará de continuar agindo como se estivesse acima das instituições e da ordem jurídica.

### **MST ocupa fazenda no RS durante oito horas – Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 10/09/2008**

Um grupo com cerca de 150 sem-terra manteve a Fazenda São João da Armada sob ocupação durante oito horas, ontem, em Canguçu, na zona sul do Rio Grande do Sul. Os invasores saíram de um acampamento próximo e entraram na área ao amanhecer, anunciando que queriam a desapropriação, pelo governo federal, da fazenda de 1,1 mil hectares, como um dos atos necessários ao cumprimento de acordo que prevê assentamento de duas mil famílias até o final deste ano.

No início da tarde, ao saberem que a Brigada Militar estava preparando um pelotão para a desocupação, os sem-terra optaram pela retirada. “Nosso objetivo não era nem o confronto e nem passar por humilhações, mas mostrar que mantemos o processo de luta pela terra”, explicou Leonice Flores, integrante do Movimento dos Sem-Terra (MST) no Estado.

**‘ESTADO POLICIALESCO’**- e representantes de movimentos sociais e sindicais denunciaram ontem em audiência pública à Comissão Especial do Conselho de Defesa da Pessoa Humana, ligada à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, a criação de um estado policialesco, capaz de monitorar a vida de líderes comunitários, recorrer à tortura psicológica e praticar atos de violência contra manifestantes no Rio Grande do Sul.

O ouvidor agrário da Secretaria da Segurança do Rio Grande do Sul, Adão Paiani, disse que não poderia compactuar com a tese de que existe uma ação monolítica do governo do Estado para

criminar o movimento social e pediu aos participantes que encaminhem denúncias dos casos, que considera isolados, para investigação. Para o comandante da Brigada Militar, coronel Paulo Mendes, o MST deve saber que o órgão não abre mão de “evitar badernas”.

**'Lula sempre pede informação sobre feijão e leite'** – O Globo – Economia – 10/08/2008

Para Cassel, estrutura fundiária deve ser mais equilibrada **O GLOBO:** A agricultura familiar parece também ser a grande preocupação de Índia e China.

**CASSEL:** A postura da Índia, que tem agricultura familiar forte, e da China nas negociações não foi protecionista no uso tradicional do termo. Os dois países estavam preocupados em proteger milhões de agricultores familiares e a produção de alimentos, que está pressionando a inflação no mundo.

**A agricultura familiar já está no mesmo patamar da empresarial na OMC?**

**CASSEL:** O mundo está mudando sua sensibilidade sobre agricultura. Quando se falava sobre o tema há alguns anos, o sujeito pensava em commodity.

Quando o presidente Lula assumiu, por exemplo, havia uma vulnerabilidade grande. Em 2003 e 2004, o Brasil produziu bastante soja para exportação, o que foi fundamental para a balança comercial. Ainda é. Mas o Brasil hoje é um país com mais de US\$ 200 bilhões de reservas cambiais. Hoje é importante não só produzir soja, mas também feijão, leite e mandioca. O presidente me liga para saber como está o preço do feijão, que impacta a inflação. Lula sempre me pede informações sobre feijão e leite, basicamente. Toda semana lhe envio um relatório.

**O que o senhor pensa dos temas que deverão ser incluídos nas negociações bilaterais, como meio ambiente, condições de trabalho e aspectos sociais?**

**CASSEL:** Gosto dos temas, é importante que venham à tona. É uma pauta moderna, contemporânea, e o Brasil é moderno e contemporâneo. Não podemos ser puxados pela União Européia e os EUA. Precisamos tomar a frente. Somos o país com o menor grau de devastação ambiental, temos as florestas preservadas, com experiência inovadora em biocombustíveis.

**Mas temos trabalho escravo, trabalho infantil...**

**CASSEL:** São problemas que precisam ser enfrentados.

**Que assuntos o Brasil deve levar a esses acordos?**

**CASSEL:** Devemos entrar com uma pauta ambiental, uma pauta trabalhista, com a agricultura familiar e o direito à terra, o acesso à terra. O mundo precisa produzir mais alimentos, o que significa ter lavoura diversificada, que está relacionada com estrutura fundiária mais equilibrada. É da natureza do minifúndio produzir alimentos, assim como é da natureza do latifúndio produzir commodities.

**O Brasil perde, se não tiver uma rodada multilateral?**

**CASSEL:** Tanto a agricultura patronal como a familiar estão em expansão, crescendo vertiginosamente nos últimos anos. Se construíssemos um acordo que abrisse mais mercados, seria ótimo. Mas não estamos sufocados por causa de mercado. A vida continua, temos que construir bons acordos no Mercosul.



## **Raposa Serra do Sol é debatida na Câmara – Sítio Eletrônico do MST – 11/08/2008**

Nesta terça-feira (12/8), às 14h, a Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados realiza uma audiência pública em Brasília para tratar da situação da terra indígena Raposa Serra do Sol, no noroeste de Roraima.

A manutenção da homologação da terra será definida no dia 27 de agosto pelo Supremo Tribunal Federal e esta decisão pode ter impacto sobre a demarcação de outras terras indígenas no país. Por isso, além de lideranças indígenas de Roraima, estarão presentes na audiência indígenas de diversos estados do Brasil.

Durante a audiência, as lideranças indígenas de Roraima farão o lançamento em Brasília da campanha Anna Pata, Anna Yan (Nossa Terra, Nossa Mãe) – Resistir até o último índio. Eles também falarão das mobilizações em apoio à Raposa Serra do Sol que devem ocorrer até a decisão do STF.

A atividade acontece no Plenário 4 do Anexo II, na Câmara dos Deputados.

**Histórico** - Já dura mais de 30 anos a luta dos indígenas pela terra Raposa Serra do Sol, onde vivem cerca de 20 mil pessoas de cinco povos (Macuxi, Wapichana, Ingaricó, Patamona e Taurepang) em 194 comunidades. Em 1998, uma Portaria do Ministério da Justiça declarou a posse permanente da terra aos povos indígenas. Apesar da demarcação, muitos invasores não indígenas foram para a área e passaram a contestar judicialmente o processo de demarcação.

Após muitas vitórias dos indígenas nos tribunais, o Governo Federal, em 2005, homologou a terra. Ao longo desses anos, os invasores de boa fé já se retiraram da área, tendo, inclusive, sido indenizados e reassentados em outros locais pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Contudo, um pequeno grupo de grandes arroteiros, que se recusam a deixar a área, tem promovido ações violentas contra os indígenas. O acirramento do conflito, que já deixou 21 indígenas mortos e diversos feridos, levou, inclusive, à suspensão, pelo Supremo Tribunal Federal, da Operação Upatakou III, da Polícia Federal, que deveria retirar os invasores da área.

## **Criminalização dos movimentos sociais é debatida em Brasília – Sítio Eletrônico do MST – 11/08/2008**

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) se reúne na próxima terça-feira (12), em Brasília. O principal tema da pauta é a Criminalização dos Movimentos Sociais no Rio Grande do Sul. O ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) e presidente do CDDPH abrirá a reunião.

Participarão do debate o deputado federal Adão Pretto, presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados; Fermino Fecho, ouvidor nacional dos Direitos Humanos da SEDH/PR; Eduardo de Lima Veiga, subprocurador geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Domingos Dresch da Silveira, procurador regional da República no Estado do Rio Grande do Sul e representantes Gercino José da Silva Filho, ouvidor agrário Nacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e representantes de entidades da Sociedade Civil.

O CDDPH analisará ainda o relatório preliminar das condições do hospital fundação da Santa Casa de Misericórdia do Estado do Pará. O relatório foi elaborado pelo conselheiro Zenaldo Coutinho, líder da minoria na Câmara dos Deputados e Daniel Josef Lerner assessor da Ouvidoria da SEDH/PR. Eles visitaram a maternidade no mês passado.

**Criminalização do MST** - O Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul aprovou relatório que pede a "dissolução" do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e já serviu de base para oito ações judiciais contra sem-terra, que incluem proibição de

marchas e autorização de despejos e deslocamento de acampamentos. O relatório foi aprovado por unanimidade pelo conselho no final de 2007.

Os promotores, além de mirar na intervenção de escolas ligadas ao movimento, buscam agora um mecanismo jurídico para apresentar à Justiça o pedido de dissolução do MST. As ações atuais têm o apoio também do governo gaúcho, segundo os sem-terra.

Para o MST, trata-se da ofensiva jurídica mais dura de sua história. Como contra-ataque, o movimento promete denunciar a ação dos promotores em organismos internacionais, como ONU (Organização das Nações Unidas) e OEA (Organização dos Estados Americanos). A proposta do Ministério Público do Rio Grande do Sul chega ao ponto de proibir qualquer órgão do Estado de negociar contratos e convênios, com o movimento. "Cabe ao Ministério Público agir agora. Quebra a espinha dorsal do MST", diz um dos trechos do relatório.

**188º Reunião Ordinária do Conselho de Defesa da Pessoa Humana (CDDPH)**

**Local:** edifício sede do Ministério da Justiça, 4º andar, Sala do Retratos.

**Data:** 12 de agosto de 2008 –(terça-feira)

**Horário:** 9h30

**Agricultura está engessada, diz ministro – Valor Econômico – Agronegócios - 12/08/2008**

O Ministério da Agricultura pretende apresentar um estudo que mostra que o "engessamento" da área de produção agrícola do país é, na verdade, maior do que a que se costuma informar. "Não tenho medo da extinção da floresta, mas da extinção da área agricultável do Brasil", disse o ministro Reinhold Stephanes.

Segundo ele, cerca de 70% do território brasileiro tem algum impedimento para a atividade agropecuária, seja pela presença de reservas indígenas, áreas de quilombolas, assentamentos ou algum outro impedimento legal. Dados da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) apresentados ontem, no primeiro dia do Congresso Brasileiro de Agribusiness, informam que a criação de reservas florestais, indígenas e o estabelecimento de áreas de assentamentos impedem a presença da atividade agropecuária em 39% do território nacional.

"O café de Minas Gerais, a uva do Rio Grande do Sul e as frutas em Santa Catarina não poderiam ser cultivadas onde estão hoje se a lei fosse cumprida integralmente", disse Stephanes "As culturas estão em áreas com declive, onde teoricamente não poderiam ser usadas para o plantio".

A lista de impedimentos foi citada na esteira das críticas feitas por participantes do congresso ao Decreto 6514, publicado em julho, que alterou a Lei de Crimes Ambientais. Um dos artigos do decreto exige a criação, em 120 dias, de reserva legal de 20% da área total das propriedades. A pena para o não-cumprimento da exigência será de R\$ 50 a R\$ 500 por hectare.

Stephanes disse ter criado uma agenda de discussões com o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, para tratar de 12 temas, o que deverá incluir a revisão dos pontos mais polêmicos do decreto. "O Decreto 6514 inviabiliza o agronegócio brasileiro", disse o deputado Valdir Colatto (PMDB/SC), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária.

"Um decreto com 157 artigos não pode ser inteiramente ruim. Há pontos positivos nele, mas alguns têm que ser revistos. A averbação de 20% das áreas de plantio é um ponto insano", disse o secretário de Agricultura de São Paulo, João Sampaio.

Apenas no Estado, segundo o secretário, essa restrição extra impediria a produção em 3,5 milhões de hectares. "Isso acabaria com bilhões de reais em receitas e com milhares de empregos", disse. Essa área, afirma o secretário, equivale a grande parte da ocupada pela cana-de-açúcar no Estado. A cana ocupa entre 4,5 milhões e 4,8 milhões de hectares no Estado, afirma Sampaio.

Carlo Lovatelli, presidente da Abag, abriu o congresso criticando duramente esse nível de preservação, lembrando que o país usa apenas 5% do território do país para alcançar suas safras recordes. Para Stephanes, não é preciso derrubar árvores para aumentar a área de plantio, que pode inclusive dobrar de tamanho. "Temos 200 milhões de hectares como área de pastagem e 50 milhões

de área de agricultura. Todos sabemos que podemos disponibilizar 50 milhões da área de pastagem para outros fins", disse o ministro.

Segundo ele, cerca de 30 milhões a 40 milhões de hectares da área de pastagem estaria degradada ou semi-abandonada. **(PC e Bianca Ribeiro, do Valor Online)**

### **Sem-terra ocupam 2 sedes do Incra em MS** – Estado de São Paulo – Nacional – 14/08/2008

Mais de mil sem-terra ligados ao Movimento dos Sem-Terra (MST) invadiram ontem as sedes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Campo Grande e Dourados, em Mato Grosso do Sul. As ocupações aconteceram às 9 horas. À tarde, o expediente foi suspenso em Campo Grande devido à movimentação dos invasores no interior do prédio. Os sem-terra cobram rapidez nas desapropriações.

### **Cerco à agricultura** – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 15/08/2008

Utilizando menos de 10% do território nacional, a agricultura brasileira tornou-se um dos grandes fornecedores do mercado mundial de alimentos, graças aos esforços dos empreendedores do campo, que buscam incessantemente a atualização das técnicas de cultivo, a utilização de variedades mais adequadas e produtivas e a modernização dos métodos de condução de seus negócios. Assim, esses empreendedores têm conseguido superar as adversidades naturais e alcançar altos índices de eficiência que asseguram safras recordes mesmo sem aumento notável da área plantada.

Muito mais eles poderiam fazer se tivessem mais liberdade para plantar. Mas sua atividade está sendo tão cerceada por decisões como a delimitação de áreas cada vez maiores para reservas ambientais ou indígenas e por restrições crescentes ao uso da terra, com a imposição de pesadas multas e sanções, que o próprio ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, a considera “engessada”.

Stephanes reconheceu que o “engessamento” da área para produção agrícola no País é muito maior do que se costuma informar e anunciou que seu Ministério fará uma pesquisa para dimensionar com precisão os limites que, nos últimos anos, foram impostos à agricultura. Ao participar em São Paulo do Congresso da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), o ministro declarou não temer a extinção das florestas, “mas sim a extinção da área agricultável do Brasil”.

Stephanes estima que cerca de 70% do território brasileiro tem algum impedimento para a atividade agropecuária, por causa da presença de reservas indígenas, áreas de quilombolas, assentamentos agrários ou outras formas de restrição. Dados apresentados pela Abag são um pouco menos ruins para a agropecuária: a produção rural poderia dispor de 39% do território nacional (ou seja, a área com restrição corresponderia a 61% do País).

Em artigo publicado no Estado há dois meses, o professor Denis Lerrer Rosenfield, da UFRS, apresentou o quadro mais detalhado que se pode traçar com base nos dados oficiais disponíveis - do IBGE, do Incra e da Funai. As lavouras permanentes ou de ciclo mais longo, como café, cítricos e frutíferos, ocupam 18,8 milhões de ha, ou 2,2% do território nacional. Já as lavouras temporárias, de ciclo anual, como feijão, milho, soja, trigo, arroz e algodão, ocupam 57,9 milhões de ha, ou 6,8% do território. As florestas plantadas, por sua vez, ocupam 5,6 milhões de ha, ou 0,7% do território. Em resumo, as atividades agrícolas ocupam 9,7% das terras do País. A agropecuária, por sua vez, ocupa 172,3 milhões de ha, ou 20,2% do território.

Os assentamentos registrados pelo Incra, de sua parte, ocupam 77,4 milhões de ha (9,1% do território), as áreas indígenas totalizam de 105,6 milhões a 109,1 milhões de ha, dependendo da fonte da informação, ou de 12,4% a 12,8% do total. Por fim as áreas de quilombolas citadas nas reivindicações em exame pelas autoridades somam 25 milhões de ha, ou 2,9% do total. Essas restrições correspondem a praticamente um quarto (de 24,4% a 24,8%) do território nacional.

O Decreto nº 6.514 - de 22 de julho de 2008, dispendo sobre infrações ambientais - aumentará significativamente as restrições à atividade agropecuária, começando por impor a averbação, num prazo de 120 dias, de reserva legal de 20% de todas as propriedades - prazo impossível de ser cumprido -, sob pena de multa de até R\$ 500,00 por ha. Note-se que não se trata de conservar área florestal já existente - como determina a lei -, mas de reservar para reflorestamento áreas tradicionalmente usadas na agricultura. “É um ponto insano” do decreto, reagiu o secretário da Agricultura de São Paulo, João Sampaio. Só no Estado de São Paulo, calcula Sampaio, a norma impediria o cultivo em 3,5 milhões de ha. “Isso acabaria com bilhões de reais em receitas e com milhares de empregos.”

Em nome da proteção de índios ou da defesa do meio ambiente, direitos essenciais, como o de propriedade, estão sendo limitados até mesmo por meio de portarias de autoridades de segundo escalão, como o presidente da Funai, que, no mês passado, demarcou como terras indígenas uma área que pode chegar a aproximadamente um terço do território de Mato Grosso. A portaria é uma séria ameaça à principal atividade econômica do Estado.

### **Fiscais do Trabalho resgatam 89 em condições precárias no ES – Thiago Reis - Folha de São Paulo – Brasil – 15/08/2008**

O grupo móvel da Superintendência Regional do Trabalho do Espírito Santo anunciou ter encontrado 2.500 trabalhadores de uma usina de cana em condições degradantes. Segundo o grupo, 89 foram resgatados.

As blitzes ocorreram nos municípios de Conceição da Barra e Pedro Canário, em unidades sob responsabilidade da Infinity Bio-Energy.

Nos relatórios de fiscalização, aos quais a Folha teve acesso, o auditor Rodrigo de Carvalho relata que, na Disa, uma das unidades da Infinity, trabalhadores tiveram a carteira de trabalho retida por dois meses, sem receber salário. Além disso, foram detectadas irregularidades nas instalações e nas condições da jornada de trabalho.

Na Disa, havia 1.663 trabalhadores; na Cridasa (a outra unidade), 837. Segundo Carvalho, a empresa se comprometeu a regularizar a situação e houve apenas o resgate de 25 pessoas na Cridasa e 64 na Disa -que, insatisfeitas, quiseram voltar aos locais de origem.

No caso da Disa, o auditor diz que, durante a operação, os trabalhadores resgatados disseram que foram procurados por funcionários da empresa para assinar avisos prévios de demissão, datados de 2 de julho, para não caracterizar o resgate.

O presidente e sócio da Infinity Bio-Energy, Sérgio Thompson-Flores, afirmou que não recebeu nenhum comunicado de resgate de trabalhadores e que as demissões ocorreram por iniciativa da empresa.

A empresa nega que tenha cometido fraude nos avisos prévios e diz que foi ela quem chamou a Superintendência apenas para avaliar os desligamentos. Thompson-Flores diz que a Infinity assumiu formalmente as duas unidades há pouco tempo -uma delas há menos de um mês-, e que, por isso, não foi possível fazer todos os ajustes. **(THIAGO REIS)**

### **Com fracasso de Doha, mais barreiras – O Globo – economia – 17/08/2008**

Especialistas alertam para dificuldades em negociações e contestações na OMC

BRASÍLIA. O enfraquecimento da Organização Mundial do Comércio (OMC), com a falta de entendimento na Rodada de Doha, abrirá caminho para outras barreiras às exportações, avaliam especialistas em comércio exterior. Até mesmo nos questionamentos levados ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC haverá dificuldades. Os países que se sentirem prejudicados pela nova legislação européia, por exemplo, terão de esperar mais tempo para ter suas demandas avaliadas pelos comitês de arbitragem do organismo internacional. — Os países tendem a respeitar instituições que estão com o moral alto. Esse é um dos riscos da falta de acordo na OMC. As regras multilaterais de comércio podem ser ignoradas — afirmou o diretor de negociações internacionais da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Marconini. Ele alertou que o Brasil, que vem aumentando sua participação no comércio global, será cada vez mais visado pelos concorrentes. Por isso, os empresários brasileiros e o próprio governo precisam se adaptar à nova realidade: devem saber tanto contestar as novas barreiras quanto se adequar às novidades, caso do pré-registro das cerca de 30 mil substâncias químicas. — Tem que ser profissional, especialmente com a introdução de temas novos, sobre os quais não há normas estabelecidas, como meio ambiente e trabalho — ressaltou Marconini. O vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, costuma dizer que, sem acordo na Rodada de Doha, venceu o protecionismo. O meio ambiente, acrescentou Castro, tem sido uma das principais desculpas para adotá-lo. — Meio ambiente é a senha para o protecionismo — afirmou o vice-presidente da AEB, que também concorda que a OMC perdeu credibilidade. Para o governo brasileiro, ainda é cedo para se dizer que a oportunidade de um acordo acabou na Rodada de Doha. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva trabalha para que seja realizada uma nova reunião ministerial para tratar do assunto ainda no próximo mês, antes das eleições presidenciais nos Estados Unidos, que acontecerão no início de novembro. Com esse objetivo, Lula vem conversando com chefes de Estado nos últimos dez dias. Já tratou pessoalmente do assunto com os presidentes George W. Bush (EUA) e Hu Jintao (China) e falou por telefone com os primeiros-ministros Manmohan Singh (Índia) e Gordon Brown (Reino Unido). O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, discutiu o tema na semana passada com o diretor-geral da OMC, o francês Pascal Lamy. (Eliane Oliveira e Gustavo Paul)

O SENHOR PEDRO de Camargo Neto é um profissional de coragem e competência reconhecidas no setor agrícola. Em excelente entrevista dada à revista "Veja" (13/8/08), ele talvez tenha sido um pouco rigoroso na apreciação do papel desempenhado pela diplomacia brasileira.

Ao contrário, entretanto, de outros críticos doidivas pendurados em princípios que pensam científicos, mas que mal disfarçam sua ideologia, ele disse uma verdade muito dura e dolorosa que não tem nada a ver com o Itamaraty.

Tem a ver com o Brasil.

Em resposta à pergunta "o que significa o fracasso de Doha?", o senhor Camargo Neto ponderou: "Não é nenhuma tragédia. No Brasil, houve uma glamourização do tema. Doha ganhou importância desproporcional ao seu alcance.

Durante as negociações, a culpa pelas mazelas agrícolas brasileiras foram convenientemente depositadas sobre o protecionismo dos países ricos. Nos últimos cinco anos, Doha foi vista como uma espécie de remédio mágico contra as doenças endêmicas do agronegócio. Esse simplismo prestou-se a esconder deficiências internas muito piores que os efeitos do protecionismo dos países ricos".

Seu exemplo numérico é definitivo: se erradicasse a febre aftosa, o Brasil poderia elevar em dez vezes a sua exportação de carne suína em relação à oferta da União Européia apresentada em 2002.

Trata-se de um problema trágico. A doença chegou até nós em 1895, importada junto com reprodutores europeus. Tem sido combatida, intermitentemente, sem o necessário vigor e continuidade, desde o início dos anos 60 do século passado. Em 2002/04, parecia completamente eliminada.

Infelizmente remanescem focos que têm servido para destruir a imagem da pecuária brasileira -hoje a mais importante exportadora mundial, mas que ainda é 40% clandestina em relação aos controles fiscal e sanitários internos.

Em 2005, quase 50 países estabeleceram restrições às nossas exportações, resultado da irresponsabilidade de alguns pecuaristas, abatedores e frigoríficos combinada com a de nossas autoridades, que até agora foram incapazes de construir o sistema crível de controle sanitário e rastreamento que prometemos aos importadores. A sobrevivência e ampliação de nossas exportações no longo prazo dependem do cumprimento dessa promessa, pois é grave miopia continuar a pensar que no longo prazo apenas o Brasil será capaz de ampliar a oferta de carnes ao mercado mundial.

Tem razão, portanto, o senhor Camargo Netto: esqueçamos as dores de Doha e tratemos de curar os males que dependem de nós.

[contatodelfimnetto@uol.com.br](mailto:contatodelfimnetto@uol.com.br) ANTONIO DELFIM NETTO escreve às quartas-feiras nesta coluna.

Retomar a negociação de um acordo comercial com a União Européia, emperrada há quatro anos, é o item mais ambicioso da agenda brasileira na presidência temporária do Mercosul neste semestre. Ao apresentar a pauta ao Parlamento do bloco, em Montevidéu, o chanceler Celso Amorim destacou mais três objetivos: eliminar a dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) nas transações entre sócios da união aduaneira, ampliar o apoio financeiro a empresas pequenas e médias e completar a adesão da Venezuela, ainda não aprovada pelos Congressos do Brasil e do Paraguai.

Três desses objetivos são importantes para o fortalecimento do Mercosul e para o desenvolvimento de seus sócios. O quarto, o ingresso da Venezuela, será uma fonte de problemas e um obstáculo à inserção internacional do bloco, pelo menos enquanto a política venezuelana seguir os padrões ditados pelo caudilho Hugo Chávez.

A dupla incidência da TEC é uma das aberrações do Mercosul. A tarifa é cobrada pela primeira vez quando um produto originário de fora do bloco é internado em qualquer dos quatro países sócios - Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Essa cobrança é normal numa união aduaneira. Mas uma segunda incidência ocorre quando esse produto é transferido para outro país membro. Nesse momento, a TEC se transforma numa tarifa intrabloco. Se for removida essa distorção, a presidência brasileira terá feito avançar a integração dos quatro países.

A criação de um Fundo de Apoio a Pequenas e Médias Empresas provavelmente envolverá algumas dificuldades técnicas. O objetivo - fortalecer as empresas dos sócios menores e integrá-las no comércio regional - é facilmente defensável. Mas falta descer aos detalhes do projeto, para determinar como será abastecido esse fundo, qual será a participação de cada sócio e quais serão as condições dos empréstimos.

A reabertura das conversações com a União Européia será o primeiro lance importante do Mercosul depois do fracasso das negociações da Rodada Doha. O primeiro desafio será definir o nível de ambições para um acordo comercial.

Os europeus dificilmente chegarão dispostos a oferecer, no comércio agrícola, mais do que ofereceram na rodada multilateral. Do outro lado da mesa, os sócios do Mercosul terão dificuldade, mais uma vez, para formular em conjunto as concessões na área comercial. Essa dificuldade já ocorreu nas discussões com a União Européia - foi uma das causas do impasse entre os dois blocos - e reapareceu na Rodada Doha.

Se forem reiniciadas, essas negociações serão duplamente importantes - pelos próprios objetivos e como novo teste político para o Mercosul. Se não for capaz de se articular para essas discussões, o bloco dificilmente conseguirá barganhar qualquer outro acordo relevante.

Tudo será mais difícil com a inclusão da Venezuela bolivariana. O governo venezuelano, disse o presidente Chávez sem meias palavras, só pretende entrar no Mercosul para reformá-lo. “Se não houver mudanças, não estamos interessados”, informou Chávez em junho do ano passado, em Buenos Aires.

Em Genebra, por ocasião da última reunião ministerial da Rodada Doha, o ministro do Comércio da Venezuela, Willian Contreras, avisou que seu país não aceitará um acordo com os Estados Unidos, nem bilateral nem por meio de um projeto como o da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Quando um repórter lhe perguntou se o governo venezuelano vetaria um acordo,

respondeu: “O tratado não poderá ser imposto a ninguém.” Traduzindo: vetará, porque um acordo de livre-comércio só pode ser adotado por todo o Mercosul.

Não tem sentido receber um sócio que chega impondo condições desse tipo e exigindo a mudança do bloco. No entanto, o chanceler Celso Amorim apresenta como um dos objetivos brasileiros a formalização do ingresso da Venezuela. “A entrada da Venezuela vai vertebrar a integração sul-americana”, disse o chanceler em Montevidéu, provando que esse tipo de linguagem não é exclusividade de seu colega Tarso Genro. “Um Mercosul que se estenda do Caribe à Terra do Fogo terá grande peso nas relações internacionais”, acrescentou. A avaliação é obviamente errada: o peso será da Venezuela. O Mercosul será um instrumento a mais para o presidente Hugo Chávez se promover, graças a mais um erro de cálculo da diplomacia petista.

**É hora de debater a agenda pós-Doha** – Armando Monteiro Neto – Estado de São Paulo - Economia e Negócios – 20/08/2008

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) lamentou o colapso da reunião de ministros na sede da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Genebra. Para o Brasil, o fracasso das negociações multilaterais é muito negativo. A Rodada Doha é o centro da estratégia brasileira de inserção internacional e representa a melhor oportunidade para a abertura de mercados e a definição de regras estáveis para o comércio mundial.

O debate que se seguiu ao fracasso se concentrou na identificação de culpados e na previsão de cenários sombrios. Melhor do que lamentar a oportunidade perdida é identificar correções de rumo na política comercial brasileira para lidar com um maior protecionismo no comércio internacional, que prevalecerá na ausência de um acordo multilateral.

Analistas dizem que o Brasil se equivocou ao se concentrar nas negociações multilaterais, deixando em segundo plano acordos regionais ou bilaterais com mercados relevantes, que poderiam garantir melhor acesso para produtos brasileiros.

Desde meados dos anos 90, o País se envolveu em negociações de acordos comerciais com os mais variados parceiros: Alca, União Européia, Índia, União Aduaneira da África Austral (Sacu, na sigla em inglês), Egito, Marrocos, Israel e países do Conselho de Cooperação do Golfo, além da renegociação de acordos sub-regionais ou bilaterais com países latino-americanos no âmbito da Aladi.

De todas as tentativas, o único acordo de livre-comércio concluído fora da América do Sul foi com Israel, em 2007. Firmou-se também um acordo de preferências fixas com a Índia e foram concluídas as negociações com a Sacu (ambos muito limitados e ainda não em vigência). Os demais envolveram países latino-americanos e implicaram, muitas vezes, concessões assimétricas, tendo o Brasil obtido condições de acesso modestas.

Os resultados desalentadores indicam dificuldades para transitar nos acordos regionais e bilaterais. Parte delas está relacionada à dominante falta de apetite pela liberalização comercial que prevalece nos parceiros mais relevantes do Brasil. E, pior, a falta de apetite concentra-se nos setores em que o País tem evidentes interesses ofensivos: produtos agrícolas e agroindustriais.



São as mesmas dificuldades que impediram o sucesso da reunião de ministros da OMC e ameaçam jogar no limbo a Rodada Doha, além de criar crescentes dificuldades para o comércio exterior brasileiro.

A desaceleração da economia mundial e a preocupação com questões de segurança alimentar - suscitadas pela elevação dos preços internacionais dos alimentos - devem fomentar iniciativas protecionistas num ambiente de enfraquecimento da OMC.

Uma das tendências protecionistas é a introdução de normas e regulamentos técnicos e sanitários a produtos e processos produtivos. São vinculados ao comércio de produtos agrícolas e agroindustriais, mas também de produtos industriais. Tais medidas têm impactos relevantes sobre os interesses do Brasil, que deve tratá-las em todos os âmbitos possíveis.

Avançar na liberalização pela via regional é uma alternativa. A experiência recente mostra que não é fácil progredir nessa direção e, para quebrar a resistência dos parceiros em conceder em setores que nos interessam, teremos que acenar com ofertas atraentes.

Assim, é importante repensar as posições brasileiras ante os diversos temas da agenda de negociações. As sucessivas melhorias na oferta de bens industriais na OMC mostraram amadurecimento da indústria brasileira, que está disposta a fazer concessões.

A economia brasileira cresceu e se sofisticou, e as negociações comerciais não são mais apenas barganha entre tarifas industriais e tarifas e quotas de produtos agrícolas. Para atrair o interesse de mercados de dimensão relevante, temos de ajustar nossas posições em relação a outros temas, como proteção a investimentos, regras para serviços e compras governamentais, além de examinar criteriosamente questões ambientais e laborais relacionadas ao comércio. Temos de rever, ainda, procedimentos aduaneiros, eliminar burocracia e barreiras não-tarifárias que dificultam a integração do País às cadeias internacionais de valor.

Não podemos nos concentrar em tentar salvar a Rodada Doha. É desejável, mas as chances são reduzidas. O Brasil tem de atuar para evitar a paralisia sobre as demais iniciativas. É hora de debater a agenda pós-Doha. **\*Armando Monteiro Neto é presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)**

**Reinterpretando o valor do fracasso de Doha** – André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 22/08/2008

Um mês após a interrupção das negociações da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), faz-se necessário desenvolver uma análise mais técnica sobre as diversas interpretações que foram publicadas na imprensa brasileira a respeito do que tinha ocorrido em Genebra naquela semana. A análise é efetuada em cima dos argumentos levantados por cinco especialistas, todos eles bastante críticos em relação à estratégia do governo brasileiro.

Argumento 1: Perdas industriais seriam maiores do que os ganhos agrícolas. “Não ficou claro se a abertura industrial maior em troca de um melhor acesso para produtos agrícolas seria equilibrada, já que o nível de ambição brasileiro foi sendo reduzido a fim de permitir a conclusão da rodada” (Rubens Barbosa, Estado, 12/8). O chamado pré-acordo da madrugada de sexta-feira 25/7,

em que o Brasil teria, supostamente, aceitado as condições de EUA e União Européia (UE), e virado as costas para seus companheiros “países em desenvolvimento”, foi, na realidade, uma acomodação dos interesses defensivos industriais do País. Em troca das flexibilidades para as tarifas industriais, o Brasil aceitou uma menor ambição na expansão das cotas de carnes da UE e uma menor redução dos subsídios totais dos EUA. Foi, portanto, um acordo pautado, no caso do Brasil, na necessidade de manter protegido o setor industrial.

Argumento 2: Indianos e chineses tinham direito a uma salvaguarda para se protegerem contra importações subvencionadas dos EUA. “Não querendo contrariar o lobby agrícola em ano eleitoral, os EUA teimaram em manter o direito de aumentar os subsídios até o dobro do que estão utilizando hoje. Não contentes, pressionaram a Índia e a China a aceitarem importações americanas, mesmo subvencionadas” (Rubens Ricupero, Estado, 2/8). A despeito de o embaixador estar correto quando afirma que o Executivo norte-americano não tinha muita flexibilidade de negociação, os subsídios do país eram a desculpa perfeita para os indianos e chineses defenderem o que mais queriam: garantir a flexibilidade de aumentar suas tarifas agrícolas por meio de salvaguardas automáticas. Se eles realmente quisessem proteger seus mercados contra importações norte-americanas subsidiadas, não estariam brigando por salvaguardas que prejudicam o Brasil e muitos outros países em desenvolvimento, mas sim concentrando seus esforços nos cinco produtos subsidiados pelos EUA: soja, milho, algodão, trigo e arroz.

Argumento 3: Indianos e chineses não estavam prontos a aceitar um acordo em agricultura. “(...) tanto a Índia como a China estão longe de ter modernizado globalmente seus setores agrícolas e, portanto, consideram política e economicamente explosivo um deslocamento de suas já paupérrimas populações rurais pela competição com produtos oriundos de agriculturas eficientes e modernas” (Luiz F. Lampreia, Folha de S.Paulo, 31/7). Se explicada corretamente, essa afirmação faz sentido. No entanto, a rodada já acomodava os interesses desses países por meio das diversas flexibilidades que tinham à disposição para evitar reduções em suas tarifas agrícolas. Além do chamado tratamento especial e diferenciado, regra básica da OMC que garante aos países em desenvolvimento um tratamento diferente dos desenvolvidos, esses países ainda poderiam selecionar 18% de suas tarifas como produtos especiais sujeitos a cortes zero ou cortes mínimos. A China, como se não bastasse, ainda seria privilegiada por ser um país recém-admitido na OMC. Todos esses instrumentos garantiam a esses países o que eles precisavam para proteger seus produtores e evitar o tal “explosivo deslocamento para as cidades”. Ambos estavam brigando pela salvaguarda especial oportunisticamente.

Argumento 4: É ingenuidade pensar que um acordo era possível. “Acredito que se a desavença final não tivesse sido sobre a questão das chamadas ‘salvaguardas especiais’ algum outro ponto teria surgido para que, em torno dele, se cristalizassem resistências momentaneamente insuperáveis” (Marcos C. Azambuja, Jornal do Brasil, 3/8). Nenhum tema era tão explosivo quanto essas salvaguardas, porque, ao contrário dos demais, não havia acomodação possível de interesses. As salvaguardas, da forma como concebidas pelo G-33 (grupo de países em desenvolvimento defensores e idealizadores do instrumento), levariam a um aumento nos níveis de proteção, e não à sua redução, como esperado numa rodada multilateral. Um acordo era perfeitamente possível desde que EUA e China-Índia cumprissem suas obrigações: o primeiro, aceitando as reduções necessárias para os subsídios ao algodão e o segundo, abrindo mão de uma salvaguarda que ia na contramão da liberalização.

Argumento 5: Uma rodada que trouxesse ganhos sobretudo ao agronegócio não contribuiria para o desenvolvimento do Brasil. “Afinal, não deve passar pela cabeça de ninguém que um país com o nível de desenvolvimento e as características estruturais do Brasil (...) possa depender preponderantemente do setor agrícola” (Paulo N. Batista, Folha, 14/8). Industrializado e modernizado tecnologicamente (do plantio à distribuição), o agronegócio brasileiro já passou da

fase da agricultura camponesa e de subsistência à la Índia. O setor, é verdade, tem seus problemas, mas sua contribuição para o desenvolvimento do País está fora de questionamento.

O governo brasileiro cometeu erros no decorrer do processo negociador. Nenhum deles, no entanto, vale para os momentos finais da negociação. Ter ficado do lado de Argentina teria sido negar a importância do acordo para a agricultura brasileira. Ter-se bandeado para o lado de China e Índia, sob o pretexto de pressionar os americanos, ter-nos-ia obrigado a aceitar salvaguardas agrícolas altamente protecionistas. Não estamos em situação confortável sem a rodada. Talvez estivéssemos se tivéssemos investido mais nos acordos bilaterais.

**André Meloni Nassaré diretor geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône). - E-mail: amnassar@iconebrasil.org.br)**

**OMC e EUA voltam a negociar Doha** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/08/2008

O diretor-geral da Organização Mundial de Comércio (OMC), Pascal Lamy, e a representante comercial dos Estados Unidos, Susan Schwab, se reuniram na noite de ontem, em Washington, em um esforço para a retomada das negociações multilaterais da Rodada Doha, segundo a porta-voz de Schwab, Gretchen Hamel. Lamy e Schwab tinham um jantar privado e, na manhã de hoje, outro encontro, disse Hamel à France Presse.

Schwab, em uma entrevista para o Inside U.S. Trade, publicado quarta-feira, disse que os EUA apóiam as negociações com autoridades seniores de um pequeno número de países em setembro para explorar a possibilidade de retomada da Rodada Doha - lançada em novembro de 2001 com o objetivo de reduzir tarifas e barreiras e, assim, impulsionar o fluxo de comércio mundial.

Tal esforço ajudaria a preservar o progresso alcançado durante a fracassada reunião ministerial realizada em julho em Genebra e evitaria uma erosão adicional nas negociações, disse Schwab, segundo o Inside U.S. Trade. “Precisamos sentar à mesa em setembro, com autoridades seniores, para testar a seriedade de seguir em frente, trazer novas idéias para superar alguns dos problemas que encontramos em julho, que não fomos capazes de superar naquele momento e, bastante francamente, parar a deterioração e a erosão do que estava na mesa em julho”, disse Schwab.

Na entrevista, ela expressou esperança de que um encontro em setembro possa “abrir o caminho, de modo concebível, para outra rodada de reunião ministerial”.

A negociadora comercial dos EUA sugeriu que as negociações podem começar com um “pequeno grupo” de representantes e ressaltou que esse grupo não necessariamente precisa ser o mesmo que foi o núcleo das negociações durante a reunião ministerial de julho. Aquele grupo foi composto por EUA, União Européia, Brasil, Índia, China, Austrália e Japão.

O Brasil tem feito esforços nas últimas semanas para retomar as negociações no âmbito da OMC. A Índia também sinalizou sua disposição de voltar a Genebra durante a recente visita de Lamy ao país com o objetivo de retomar as negociações.

O presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, sugeriu esta semana limites para a proposta de salvaguarda agrícola para países em desenvolvimento, questão que levou ao colapso das negociações no fim de julho. Na ocasião, os EUA rejeitaram as propostas da Índia para que os países em desenvolvimento tenham o direito de elevarem as tarifas sobre bens agrícolas em mais 25% no caso de um aumento de 15% nas importações.

Washington insistiu em um percentual mais alto de aumento das importações, de 40%, para o acionamento do mecanismo de salvaguarda.

#### **EUA pedem a volta de Doha** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/08/2008

A representante comercial dos Estados Unidos, Susan Schwab, defendeu ontem que as negociações no âmbito da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) sejam retomadas em setembro. Segundo Schwab, “ainda é possível” encontrar uma solução, este ano, para o impasse que praticamente sepultou o plano de um acordo de liberação comercial global.

“Existe um grande número de temas pendentes, por isso, chamo o diretor-geral da OMC a convocar os ministros dos demais países o mais cedo possível”, disse ela, se referindo a Pascal Lamy. “Mas isso depende da seriedade de propósito, compromisso e flexibilidade dos negociadores.”

A rodada de negociações foi interrompida em julho em razão de divergências entre a Índia e os Estados Unidos acerca de um mecanismo especial de salvaguardas para proteger os agricultores de países em desenvolvimento do aumento das importações. Para a representante americana, uma nova reunião de negociadores no próximo mês poderia debater novas idéias para superar o impasse. “Os Estados Unidos estão preparados para ir a Genebra com novas idéias a fim de resolver todas as inquietudes”, disse Schwab.

#### **Argentina admira Brasil, mas não o Mercosul** – Fernando Rodrigues – Folha de São Paulo – Mundo – 24/08/2008

**Pesquisa encomendada pelo governo Lula revela visão positiva de vizinhos a respeito da economia e "organização" do país - Argentinos vêm bloco do Cone Sul com desconfiança; para 62% deles, brasileiros lucrarão mais com aliança; na cultura, música é o elo**

Se o assunto é futebol, argentinos e brasileiros comportam-se como inimigos irreconciliáveis. Mas quando o tema é a relação formal entre os dois países, os vizinhos ao sul do rio da Prata têm uma visão muito mais positiva e generosa.

Para 62% dos argentinos, a relação entre Brasil e Argentina deve ser a de "sócios" (33%), "amigos" (19%) ou de "irmãos" (10%). Esses são alguns dos percentuais da uma pesquisa realizada pela consultoria Graciela Römer & Associados.

O governo brasileiro contratou o levantamento, que ficou pronto em maio, mas permanecia inédito para o público até agora. Foram ouvidas 848 pessoas, e a margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos.

Para quem se fia apenas nos estereótipos de antipatia mútua, a pesquisa é uma grande surpresa. A visão dos argentinos é amplamente favorável ao Brasil, talvez pelo fato de as economias dos dois países estarem hoje em situações opostas.

Para 59% dos argentinos, a economia brasileira está bem ou muito bem. Há dez anos, só 15% responderam dessa forma.

Hoje os argentinos também parecem muito mais bem informados sobre o outro lado da fronteira. Em 1998, quando indagados sobre economia brasileira, 38% não sabiam opinar. Hoje, são só 14%.

A Espanha aparece como o país preferencial para o estreitamento de relações (29%), mas o Brasil vem logo atrás (24%), bem à frente dos EUA (12%). O interesse pela cultura brasileira é preponderante quando o assunto é música (37%). Telenovelas vêm em segundo lugar, com 10%. Já a literatura do Brasil interessa só a 6% dos argentinos.

**Bagunça** - A pesquisa teve grupos de análise qualitativa, com entrevistas. Os brasileiros são descritos como estando no meio do caminho entre os chilenos ("que respeitam muito a lei") e os argentinos ("desorganizados" e "que pensam em si próprios"). Outra conclusão: o Brasil é um país organizado, embora não seja necessariamente uma sociedade organizada. Os chilenos o são nos dois sentidos. Os argentinos, em "nenhum deles".

O levantamento captou a histórica percepção de que existem "dois Brasis", um desenvolvido e rico e outro atrasado e pobre. Não por acaso, os maiores problemas apontados pelos argentinos são a pobreza (45%) e a violência (23%).

Há dez anos, as mesmas respostas encabeçavam a lista, mas a pobreza era apontada por 64% dos entrevistados. A violência ficou no mesmo patamar. E surgiu outro vilão, o narcotráfico, antes ignorado como problema do Brasil pelos vizinhos e agora citado por 18%.

A pesquisa desmonta um senso comum no Brasil: a idéia de que brasileiros na Argentina entendem mais espanhol do que os argentinos compreendem português. Segundo o levantamento, a percepção dos vizinhos é o oposto. Eis uma frase captada em um grupo de discussão e usada no relatório para sintetizar o sentimento argentino: "Eu estava pensando no nacionalismo dos brasileiros. Quando eles vêm, nós nos esforçamos para aprender sua língua. Quando vamos lá, eles não fazem isso". Essa percepção foi interpretada na pesquisa como sendo uma atitude de certa arrogância por parte dos brasileiros e "um sinal de que a Argentina é irrelevante para o Brasil".

No campo lingüístico, 90% dos argentinos acreditam que o idioma mais relevante para ser aprendido é o inglês. Só 5% citam o português. O levantamento foi concluído antes do fracasso da Rodada Doha, cujo objetivo era liberalizar o comércio no âmbito da OMC (Organização Mundial do Comércio). No final das negociações, a delegação brasileira abandonou uma posição de solidariedade total com alguns países, incluindo a Argentina, para apoiar uma saída negociada com nações ricas.

Mesmo sem captar a má reação argentina ao desfecho da Rodada Doha -a mídia portenha classificou o Brasil como traidor-, a pesquisa aponta uma desconfiança crescente dos vizinhos em relação aos benefícios do Mercosul.

Há dez anos, 40% dos argentinos acreditavam que o maior beneficiário do pacto dos países do Cone Sul seria o Brasil. Hoje, o percentual subiu ainda mais para expressivos 62%. Só 4,5% acreditam que a Argentina será a que mais vai lucrar com a aliança.

**Brasil e Austrália querem volta de negociação de Doha** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/08/2008

O Brasil e a Austrália defenderam uma retomada urgente das negociações sobre o comércio mundial antes da eleição presidencial dos EUA, em novembro, e disseram que ainda acreditam que um acordo na Rodada Doha possa ser alcançado.

"Eu ainda tenho esperança que nós ainda podemos fazer um esforço, mas isso tem que ser muito rápido", disse o chanceler Celso Amorim, após conversas com o colega australiano, Stephen Smith.

Já o presidente francês, Nicolas Sarkozy, pediu uma reunião dos principais líderes mundiais. "Devemos continuar mais sete anos sem mudar nada?", disse. "Em vez disso, não deveríamos estar pensando em um novo modo de negociação e planejando um encontro dos principais chefes de Estados para pensarmos em maneiras de sairmos dessa crise?"

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

**Assistentes de Pesquisa**

Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**

Diva de Faria

**op  
pa** **Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

**Apoio**



**actionaid**



**ICA**

**NEAD**

Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

